

Governo admite que é cedo para baixar a guarda

Dida Sampaio/AE



Walter Pinheiro: 'Não há retorno' na tentativa de instalar CPI

Seis deputados gaúchos já avisaram a FHC que retirarão assinaturas de requerimento de CPI

CHRISTIANE SAMARCO
e EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – A decisão do PMDB do Senado de rejeitar a proposta de comissão parlamentar de inquérito (CPI) ampla para apurar denúncias de casos de corrupção em administrações públicas de todo o País foi apenas um detalhe da megaoperação comandada pelo Planalto para desmontar a tentativa de abertura de investigação. Participaram da ofensiva, que incluiu muita conversa e negociações de cargos e recursos federais, líderes do governo e de partidos aliados, ministros e até ex-colaboradores do presidente Fernando Henrique Cardoso, como o presidente de Furnas Centrais Elétricas, Luiz Carlos Santos.

Mas Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e a oposição não devem dar sossego ao governo. ACM disse que lançará sua munição contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PA), no plenário.

O clima no Congresso ontem foi de tranquilidade para o governo, embora os aliados admitam que ainda é cedo para dar o caso por encerrado. Mas a contabilidade foi favorável. Seis deputados gaúchos enviaram carta ao presidente avisando que vão retirar suas assinaturas do requerimento da CPI.

Os líderes do PSDB, PMDB, PFL, PPB e PTB prepararam um manifesto enumerando quatro razões básicas pelas quais os aliados ao Planalto recusaram apoio à CPI. Entre elas, pelo fato de a comissão ser inconstitucional porque trata de fatos diversos e acusações vagas. Mas o texto só deverá ser usado caso a oposição consiga reunir as 171 assinaturas de deputados e outras 27 de senadores. A idéia é guardar o trunfo para entregar à secretaria-geral da Mesa assim que a oposição apresentar o requerimento. Na conferência das assinaturas, o nome que estiver no manifesto será retirado do pedido de abertura da CPI.

O PT aposta no PL e no PFL para engrossar a lista de assinaturas, hoje com 25 senadores e 144 deputados. Aposta sem consequência, na avaliação de um ministro e de um líder aliado.

A negociação para desestimar traições foi feita em cima de compromissos de liberação de recursos de emendas dos parlamentares aos quatro últimos Orçamentos da União. Segundo o vice-presidente nacional do PPB, deputado Pedro Corrêa (PE), cerca de 400 deputados deverão ser beneficiados com os "atrasados". A contabilidade dos créditos inscritos nos restos a pagar de 1997 para cá é generosa: R\$ 8,6 bilhões. Deste total, quem tem mais recursos é o PSDB dos ministros da Saúde, José Serra, com R\$1,7 bilhão, e da Educação, Paulo Renato, com R\$ 1 bilhão. Em seguida vem o PMDB, com R\$ 1 bilhão no Ministério dos Transportes e R\$ 700 milhões na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Logo atrás está o pebequista Pratini de Moraes (Agricultura), com R\$ 500 milhões.

Para mostrar que ninguém é contra investigar corrupção, os líderes aliados no Senado já criaram quatro CPIs nos últimos dias: a da biopirataria, a do sistema penitenciário, a que vai apurar irregularidades com verbas federais em organizações não-governamentais (ONGs) e a que pretende apurar corrupção na demarcação de áreas indígenas na Amazônia. (Colaboraram Sílvia Faria e Gilse Guedes)